

PANORAMA DO CRÉDITO RURAL OFICIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Eng.º Agr.º Cláudio Meira Coelho

Os agricultores de São Paulo recebem o crédito oficial para as suas atividades produtivas e de comercialização diretamente dos Bancos do Brasil (1) e do Estado de São Paulo e indiretamente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo que os assiste através das cooperativas.

Excetuando o BNCC que possui uma única agência na Capital, os outros dois contam com 167 unidades operadoras distribuídos pelo interior do Estado, o que representa 20% do total dos municípios servidos pelos bancos oficiais.

O Banco do Estado de S. Paulo, procurando dar maior penetração ao seu crédito rural, permite que nas localidades onde não mantém agência, as solicitações de empréstimos

por parte dos agricultores lhe sejam encaminhadas pelo agrônomo regional (2) e não existindo êste, caberia à Caixa Econômica Estadual a recepção das propostas.

Nessas condições, o Estado de São Paulo possui a maior rede bancária oficial do país e cuja distribuição é vista na página 28. Mas ainda assim, em muitos casos devido ao tamanho da jurisdição de cada agência e da sua posição geográfica em relação aos municípios a que serve, obriga aos empresários agrícolas a deslocamentos onerosos e demorados para acompanhar a tramitação do pedido de empréstimo e o recebimento das parcelas, uma vez deferida a prestação.

(1) O Banco do Brasil opera também por intermédio das cooperativas, mas é pequeno o movimento, pois em 1959 atingiu Cr\$ 2.094.829.000 em todo o país. Predominam os empréstimos às cooperativas arroseiras e de pecuária.

(2) É o técnico da Casa da Lavoura que pertence ao quadro funcional da Secretaria da Agricultura e cuja missão é orientar os agricultores do seu município, nas práticas agrícolas racionais.



NÚMERO E MONTANTE DOS EMPRÉSTIMOS RURAIS EM SÃO PAULO

Os quadros I e II mostram a distribuição no período 55/59 dos financiamentos realizados pelos Bancos do Brasil, Estado e Nacional de Crédito Cooperativo. Observando-os, verificamos que o Banco do Brasil predomina tanto em volume monetário como em número de operações, embora seu ritmo de crescimento seja me-

nor do que os dos demais. Assim, em 1955, o Banco do Brasil participava em 91% do volume dos empréstimos, passando em 1959 para 80%, e em número de contratos caiu de 70% em 1955 para 60% em 1959. O BNCC é que vem ampliando substancialmente sua participação no crédito rural paulista.

QUADRO I

Volume das Aplicações em Financiamentos Rurais em São Paulo, pelos Bancos Oficiais

Cr\$ 1 000 000

Ano	Banco do Brasil	Banco do Estado SP	Banco Nacional C. Cooperativo	Total	Valores * Deflacionados
1955	4 659	359	78	5 096	5 096
1956	6 319	710	90	7 119	5 982
1957	7 518	769	250	8 537	6 323
1958	7 787	953	344	9 084	6 015
1959	9 628	1 874	603	12 105	6 114

Fonte: Bancos do Brasil e Estado de São Paulo e Nacional de Crédito Cooperativo.

* Índice Geral de Preços (índice 2 da "Conjuntura Econômica").

O quadro I mostra que o volume dos financiamentos aumentou tanto em termos nominais como reais, embora tenha sido discreta esta elevação, que passou de Cr\$ 5 096 000 000 em 1955 para Cr\$ 6 114 000 000 em 1959. Todavia, o crescimento não acompanhou proporcionalmente o desenvolvimento da áreas cultivadas com auxílio do crédito

que passaram de 1 040 000 hectares em 1955 para 1 350 000 hectares em 1959, resultando uma diminuição de inversão de cruzeiros por unidade de superfície financiada, conforme mostra quadro VII.

Grosseiramente, admitindo-se que a cada contrato corresponda atendimento de uma empresa rural, temos que em 1959 foram assistidas 34 813

QUADRO II

Número de Contratos Rurais Realizados em São Paulo pelos Bancos Oficiais

Ano	Banco do Brasil	Banco do Estado SP	Banco Nacional C. Cooperativo	Total
1955	14 523	4 539	1 450	20 602
1956	17 028	7 775	1 930	26 733
1957	17 013	6 659	2 820	26 592
1958	17 400	7 548	3 418	28 366
1959	20 635	9 573	4 605	34 813

Fonte: Bancos do Brasil e Estado de São Paulo e Nacional de Crédito Cooperativo.

propriedades, significando que apenas 10% delas foram beneficiadas no Estado de São Paulo com financiamento oficial, mas na realidade isto não ocorre, pois um mesmo agricultor pode, além de obter empréstimo em mais de um Banco, manter em qualquer um deles mais de um contrato. Assim, pode-se afirmar que o número de propriedades cobertas com financiamentos é inferior aos 10% apontados.

Embora seja generalizada a idéia de que ao Banco do Brasil cabe financiar os médios e grandes agricultores e ao Banco do Estado os pequenos, as estatísticas revelam que a CREAM em São Paulo em 1959 assistiu a 6 742 pequenos lavra-

dores (limite de empréstimo .. Cr\$ 100 000 e 50 hectares de área da propriedade a ser beneficiada) enquanto o Banco do Estado no mesmo ano realizou contratos até Cr\$ 100 000 com 4 296 produtores. Há a considerar ainda, a possível existência entre estes contratos até Cr\$ 100 000, de alguns realizados com médios e grandes produtores que tenham recorrido ao Banco para uma ou poucas culturas. Portanto, êses 4 296 contratos englobam agricultores de vários níveis econômico financeiro. Aliás, foi assinalado em trabalho anterior (1) o desenvolvimento da assistência do Banco do Brasil aos pequenos agricultores.

PARTICIPA O FINANCIAMENTO DOS BANCOS DO BRASIL E DO ESTADO EM QUASE TRINTA POR CENTO DA ÁREA CULTIVADA NO ESTADO DE S. PAULO

A superfície cultivada que em 1959 contou com a partici-

pação de financiamento dos Bancos do Brasil e Estado, foi

(1) Agricultura em São Paulo n.º 11 - 1960.

de 29% do total dos 5 000 000 hectares trabalhados naquele ano. Quanto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, não possuímos estatísticas sobre as áreas que cobre com seu financiamento de custeio, mas, face ao volume monetário dos empréstimos, podemos admitir uns 2%. O quadro III mostra

a distribuição das áreas cultivadas com a participação do crédito nos últimos anos, verificando-se que entre 1955 e 1959 as superfícies trabalhadas com ajuda de crédito cresceram cerca de 40%, passando de 1 040 000 hectares para 1 350 000 hectares.

QUADRO III

Participação dos Financiamentos Rurais (B.B. e B.E.S.P.) Nas Áreas Cultivadas
(em 1 000 hectares)

Ano	Superfície cultivada	Superfície c/financiamento			Total	%
		Banco Brasil	B. E. São Paulo			
1955	4 750	890	150	1 040	21,9	
1956	4 500	1 030	230	1 260	28,0	
1957	4 850	810	232	1 042	21,5	
1958	4 700	915	215	1 130	24,0	
1959	5 000	1 100	250	1 350	29,0	

Fonte: Dados básicos — Divisão de Economia Rural, Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo.

O quadro III mostra globalmente as superfícies assistidas com crédito, mas o quadro IV dá uma idéia em termos percentuais, do grau de auxílio financeiro que recebe cada uma das lavouras. Assim, em 1959, do total da área de algodão cultivada no Estado, . . . 44,7% foram trabalhados com recursos dos bancos oficiais. Em ordem decrescente, apresentaram-se com as maiores percentagens de áreas assistidas pelo crédito, as lavouras de algodão, café, cana de açúcar e arroz.

A análise do quadro V mostra a evolução em números absolutos das superfícies cultivadas e as superfícies financiadas, ressaltando por exemplo o caso do arroz, cuja cultura no período de 1955/1959 aumentou de área, passando de 581.000 para 595.000 hectares, ou seja um incremento de 14 000 hectares. Contudo, a área financiada aumentou naquele mesmo quinquênio em 78 400 hectares, cobrindo pois o aumento dos 14 000 e substituindo os 64 400 outros hectares anteriormente trabalha-

QUADRO IV

Relação Percentual entre as Áreas Financiadas e Cultivadas de cada Lavoura

Produto	1955	1956	1957	1958	1959
I — Gêneros Alimentícios					
Arroz	18,1	25,0	23,2	26,9	30,9
Batata Inglesa	11,5	6,9	8,2	12,3	10,7
Feijão	1,6	1,4	0,5	0,7	1,0
II — Indústria Alimentar					
Amendoim	5,5	6,3	10,3	9,0	6,9
Caná de Açúcar	32,4	28,9	22,5	31,1	32,8
Milho	12,5	15,0	13,3	14,1	17,7
Mandioca	10,1	11,2	8,9	7,8	12,0
III — Produtos Predominantemente de Exportação.					
Café*	27,6	37,9	40,7	33,5	37,5
IV — Diversos					
Algodão	38,5	74,1	23,6	30,7	44,7
Mamona	6,3	14,8	20,0	12,9	12,6

Fonte: Dados básicos — Divisão de Economia Rural (Secção de Previsão de Safras e Cadastro e Bancos do Brasil e Estado).
 (*) em milhões de pés.

QUADRO V

Evolução das Superfícies Cultivadas e Financiadas (em 1 000 hectares)

Produto	Superfície Cultivada		Superfície Financiada	
	1955	1959	1955	1959
I — Gêneros Alimentícios				
Arroz	581,0	595,0	104,5	184,9
Batata Inglesa	45,0	46,0	6,4	4,9
Feijão	238,0	448,0	2,2	4,5
II — Indústria Alimentar				
Amendoim	120,0	395,0	5,3	27,5
Caná de Açúcar	334,0	409,0	105,6	134,0
Milho	997,0	1 313,0	121,9	231,4
Mandioca	60,0	95,0	4,3	11,3
III — Produtos Predominantemente de Exportação				
Café*	1 400,0	1 360,0	387,0	520,0
IV — Diversos				
Algodão	786,0	484,0	303,0	217,0
Mamona	24,0	34,0	1,5	4,3

Fonte: Dados básicos da Divisão de Economia Rural e Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo.
 (*) em milhões de pés.

dos com recursos dos próprios rizicultores ou de outras fontes. Fica, em princípio, configurado o caso de substituição de recursos de várias fontes, pelos do crédito oficial; as razões do fato somente poderiam ser indentificadas em uma pesquisa. Nas culturas de amendoim, milho e mandioca, as su-

perfícies cultivadas cresceram em números absolutos entre 55/59, mais do que os financiamentos, que cobriram apenas parte do aumento verificado; assim, o amendoim aumentou nesse quinquênio 275 000 hectares, dos quais o financiamento cobriu 22 200 hectares.

DIMINUEM AS INVERSÕES NA AGRICULTURA PAULISTA, SOB A FORMA DE FINANCIAMENTO

A análise das inversões feitas na agricultura paulista sob a forma de empréstimo de custeio de entre safra (quadro VII) mostra que, em termos reais ao longo do quinquênio 55/59, cada hectare está recebendo menor quantidade de financiamento. Assim, em 1955 cada hectare recebia

Cr\$ 3.650,00, passando em 1959 a Cr\$ 3.208,00. Considerando as inversões feitas globalmente (custeio e investimento) o panorama não muda embora menos acentuado, pois em 1955 cada hectare, que recebia em termos reais Cr\$ 4.900,00, passou em 1959 a receber Cr\$ 4.528,00.

QUADRO VII

Inversões por Hectare na Agricultura Paulista sob Forma de Financiamento

(Bancos do Brasil e Estado)

Ano	Custeio		Global (Custeio e Investimento)		Índice Geral de Preços
	Cr\$/hectare	Valores Deflacionados	Cr\$/hectare	Valores Deflacionados	
1955	5 650	3 650	4 900	4 900	100
1956	4 330	3 639	5 650	5 747	119
1957	5 850	4 333	8 190	6 066	135
1958	5 662	3 749	8 039	6 324	151
1959	6 350	3 208	8 966	4 528	198

Fonte: Dados básicos da Divisão de Economia Rural e Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar o

fato: a) a diminuição verificada nas bases de financia-

mento que não cresceram na proporção da desvalorização da moeda; b) diminuição de operações com médios e grandes produtores.

O critério adotado pelas entidades financiadores para o estabelecimento da base de financiamento para custeio é assentado sobre uma determinada porcentagem do valor estimativo da safra, variável de 30 a 70% e calculado segundo

os preços do momento ou preços mínimos e máximos de rendimentos físicos por hectare, fixados pelos Bancos, muitas vezes inferiores ao possível de ser conseguido com algum melhoramento tecnológico. Isto nivela empresas agrícolas com diferentes capacidades atual e potencial, bitolando-as com aquelas de rendimentos inferiores.

MELHORAM AS PERSPECTIVAS DO CRÉDITO RURAL EM SÃO PAULO

Tanto no plano federal como estadual, estão sendo tomadas medidas destinadas a proporcionar maiores recursos para o financiamento das atividades rurais entre as quais se destacam: A lei 5 689 de 26/10/1960 do Governo do Estado que isentou do imposto do selo os papeis e documentos exigidos para a lavratura de contratos de financiamentos agrícolas feitos pelos Banco do Brasil e Estado, assim como diminuiu em 50% as custas e emolumentos referentes à expedição de documentos relativos às operações de crédito rural.

Está para ser regulamentada a aplicação Fundo de Expansão Agro-Pecuária prevista no Plano de Ação do Governo do Estado e no montante de 7,5 bilhões de cruzeiros e destinado aos investimentos na agricultura, especialmente na agro-indústria.

Na esfera federal foi recentemente registrado no Tribunal de Contas da União, o convênio entre a Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura e o Banco do Brasil, para a aplicação de recursos de 1 bilhão de cruzeiros no plano de renovação das culturas em base econômica e erradicação das árvores de café anti-econômicas em todo o país.

Tendo em vista a necessidade de planificação dos financiamentos agrícolas, a I Reunião Nacional de Especialistas em Crédito dos Serviços de Extensão Agrícola (1) recomendou pelo seu plenário ao Governo Federal a revisão do decreto 35 702 de 23/36/1946, relativo ao Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, uma vez que nunca foi pôsto em execução aquêle diploma legal.

(1) realizada no Rio de Janeiro no período 19/24 de setembro de 1960.